

## Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes  
Sprenger



Mônica  
Leal



Aldacir  
Oliboni



Cláudia  
Araújo




Psicóloga  
Tanise  
Sabino



Ramiro  
Rosário

## 003ª COSMAM Audiência Pública 27FEV2024

**Pauta:** Audiência Pública SMS 3º quadrimestre 2023.

 **PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** (10h13min) Damos início a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente –COSMAM. Convido para compor a Mesa: Sr. Cincinato Fernandes Neto, diretor-geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas; Sr. Paulo Ricardo Bobek, diretor interino da Diretoria de Atenção Ambulatorial, Hospitalar e Urgências; Kelma Nunes Soares, assessora da Assessoria de Planejamento – Assepla da SMS; Sra. Fernanda Fernandes, diretora-geral da Secretaria Municipal de Saúde, está representando o secretário; Sra. Juliana Maciel, diretora adjunta da Vigilância em Saúde; Sr. Rafael Abech Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. A demais representações sintam-se a extensão da Mesa em seus locais de acento.

Então esta audiência pública, vou ler o edital (Lê.):

“O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública destinada à apresentação, pelo Poder Executivo, do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 3º quadrimestre de 2023, em atendimento ao § 5º do art. 36 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (ações

e serviços públicos de saúde), no dia 27-2-2022 (terça-feira), às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 301 da Câmara Municipal de Porto Alegre, na Av. Loureiro da Silva, 255, Bairro Centro Histórico. Vereador Mauro Pinheiro, Presidente.”

Foram feitas as publicações legais efetuadas no atendimento ao princípio da publicidade, no dia 23 de fevereiro, foi publicado na seção de publicações oficiais do *site* da Câmara Municipal de Porto Alegre; em 22 de fevereiro de 2024, no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA; e no dia 22, no jornal de grande circulação, o Jornal do Comércio.

Dando início, eu passo a palavra aos vereadores para fazer sua manifestação, algum vereador quer se manifestar agora ou vai aguardar? (Pausa.)

Representando o Conselho Municipal de Saúde, Rosa Helena Cavalheiro Mendes. De imediato, passo a palavra para representante do secretário da Saúde, Fernanda Fernandes, para fazer a sua apresentação.

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Bom dia a todos, cumprimento os vereadores, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, Ver.<sup>a</sup> Tanise, Ver. Oliboni e Ver. Ramiro Rosário. Vamos iniciar a apresentação do nosso relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde, do 3º quadrimestre de 2023. Além dos vereadores, cumprimento também os demais representantes da Mesa: OAB, o Conselho Municipal de Saúde e os nossos colegas todos que estão os prestigiando aqui.

(Procede-se à apresentação.)

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Vamos começar falando sobre a dengue. Na semana passada, nós estivemos aqui, na COSMAM, já conversando sobre esse tema, que é um tema bastante atual. Então, nós temos uma situação, no Brasil, que em alguns municípios o Ministério já confirmou a epidemia, uma situação bastante crítica em relação à dengue, que é uma doença com vários fatores determinantes, estão relacionados à variabilidade climática, a fatores sociodemográficos, econômicos, considerada uma doença negligenciada, a questão da própria biologia do vetor, do hospedeiro; enfim, são vários fatores

que confluem para esse cenário de aumento do número de casos de dengue no País e aqui no Rio Grande do Sul. Então, essa é a situação que a gente já tinha mostrado aqui, a gente vinha com cenários relativamente tranquilos em relação ao número de casos nos últimos anos, e a partir de 2022 a gente observou uma escalada, depois da pandemia, em relação ao número de casos confirmados de dengue. Em 2022 foram 5.133 casos; e em 2023 foram 5.755, quase 6 mil casos de dengue. Em 2024, até agora, temos notificados – esse dado está um pouquinho desatualizado –, a gente já tem mais de 200 casos confirmados, nem são notificados, são confirmados mesmo de dengue. Porque a todo dia esse dado se atualiza. Estamos no nível 2, por enquanto, do nosso plano de contingência da dengue. Temos um plano, que a gente elaborou ao longo de 2023, e atualizou justamente com os cenários de 22 e 23 para ver como a gente iria enfrentar. Isso a gente detalhou aqui na semana passada, os vereadores todos estavam presentes aqui, e inclui várias ações: a questão dos repelentes, a questão das ações que nós hoje estamos executando de controle vetorial, com a participação do exército, os casos ainda estão muito espalhados, a gente ainda não identifica uma região da cidade que está tendo um maior número de casos, um adensamento, uma incidência maior que a gente chama, ainda está bastante espalhada em todas as regiões, Zona Sul, Zona Norte, centro, região oeste, na leste também. Nós tivemos também um caso importado de chicungunha, mas por enquanto é só um caso. O nosso problema é a dengue mesmo. Então aqui são as ações que nós temos realizado, a gente estava tendo bastante recusas para a entrar nos domicílios, assim, as pessoas muito resistentes, mas com o apoio do exército se modificou um pouco o cenário, as pessoas ficam mais tranquilas, permitem que os nossos agentes, acompanhados dos militares, adentrem nas residências. Também fizemos muitas capacitações para a rede de atenção, tanto no manejo da doença, quanto no controle vetorial, com os agentes, atualizamos algumas informações. Também fizemos a capacitação com o exército, para eles atuarem nas ações. Estamos vistoriando os cemitérios também, já fizemos as vistorias, vocês devem ter visto na rede social, a gente está difundindo a informação, orientando as pessoas, quando forem nos

cemitérios, como é que deve ser para não deixar plástico nos vasilhinhos de flor, enfim, várias ações que são importantes para que cada um faça a sua parte também, porque é um local, um cenário que muda muito rapidamente. Sobre a nossa rede de atenção à saúde, essa é uma figura já bem conhecida de todos vocês. Aqui a gente tem todas as nossas unidades, hospitais, CAPs, todos os serviços disponíveis na internet. Quando a gente clica no Geosaude aqui, a gente pode ver todas as unidades, bem como a área de referência que cada unidade fica responsável. Nós tínhamos o Prometa, que são aquelas metas de governo que o governo assumiu com a sociedade, firmamos, o prefeito Melo, e nós conseguimos atingir todas essas metas, fechando 2023. Então, assim, cobertura de atenção de equipes de saúde da família, nós tínhamos uma meta de 71%, conseguimos atingir 73%. Essa cobertura de 73% é considerando o censo até 22; se a gente for considerar um novo Censo, essa cobertura sobe pra 83%, porque a gente teve uma redução da população. Então, são 390 equipes, é a maior cobertura histórica da cidade na atenção da saúde da família. Na saúde bucal a gente está com 206 equipes em 110 unidades; então a nossa cobertura é 47,6%, também atingimos essa meta, e se nós considerarmos o novo Censo, essa cobertura sobe pra 61% – também é uma excelente cobertura. As unidades com horário de funcionamento estendido, a nossa meta 39, nós temos 40. Aqui a gente tem as unidades com horário estendido até às 22h, nesse primeiro quadro aqui; são 16. E a gente tem a ampliação do horário de funcionamento de 16 USs, conforme o programa Saúde na Hora, que é um programa do Ministério da Saúde. No total, a gente tem 69 unidades com atendimento após às 17h. Saúde mental, a implantação de Centro de Referência do Espectro Autista, que estava no Prometa, a gente conseguiu implantar o centro, que já está funcionando a pleno. A assistência farmacêutica, ampliar o horário de funcionamento das farmácias distritais, a nossa meta eram três, nós estamos com quatro farmácias. Aqui são os dados do Certa, que é o Centro de Referência do Espectro Autista, ali o número de ofertas, de acessos via Gercon, de pacientes no terceiro quadrimestre, que foi o quadrimestre que agora lotou o Certa, já tem mais de 250 pacientinhos sendo atendidos lá. Tem uma demanda

bem importante. Aqui a saúde bucal, das próteses dentárias, cuja meta eram três, a gente está com a meta atingida. Então, no SESC Navegantes, Alberto Bins e GHC. Falei da assistência farmacêutica também, que já ampliou o funcionamento. Aí as farmácias com o horário ampliado são essas quatro: Vila dos Comerciários, Navegantes, Restinga e Modelo. Aí, agora, nós temos os indicadores assistenciais, que são as ações de enfrentamento aos agravos prioritários, aí tem a mortalidade infantil, em que a gente conseguiu ficar abaixo da meta, que era de 8,5; ficamos em 8,4. Nesse caso aqui, quanto mais baixo o indicador, melhor, da mortalidade infantil. Então a gente conseguiu ficar abaixo da nossa meta; a ideia é baixar ainda mais, mas é um indicador bem difícil. Em 2024, os dados que nós temos são preliminares, está em 4,6. Foram 13.630 nascidos vivos em Porto Alegre no ano de 2023, e a gente teve 115 óbitos.

Depois, sobre a taxa de cura de novos casos de tuberculose, a gente tem uma meta de mais de 57%, mas esses dados ainda são provisórios. A gente atingiu 46.9%, então, ainda não conseguimos afirmar se conseguimos superar a meta ou não porque o Ministério ainda não homologou todos esses dados. Depois, esse *slide* aqui é o da tuberculose, que tem um detalhamento, não precisamos, a apresentação está bem longa.

Aqui é cobertura vacinal da população contra a covid. A nossa meta era de 70%, e a gente já atingiu ela há bastante tempo, 83%. Embora isso não esteja no Prometa, porque veio depois a questão da vacina bivalente, a gente tem olhado os dados da vacinação bivalente. A vacina atualizada já está disponível, e essa cobertura ainda está baixa. Então, a gente estimula que as pessoas procurem essa vacina para reforçar o calendário vacinal para quem ainda está com o calendário incompleto. Mas a gente tem uma boa cobertura vacinal contra a covid, está em 83%. O reforço ainda está em 58.7%, então essa meta aqui considera a cobertura das duas primeiras doses.

Cidadãos acessando o sistema de prontuário eletrônico: a meta era a gente ter mais de 20 mil, a gente já está em 37.397. Então, vamos passar para o próximo *slide*.

Realizar mutirões de cirurgias eletivas: a gente tinha que realizar dois, a gente realizou sete em 2023, essa é uma meta da atenção hospitalar. Aqui estão os procedimentos que foram realizados por hospital nos mutirões. As APACs são as cirurgias ambulatoriais, como catarata, por exemplo, que não precisa internar o paciente. Depois a gente tem as AIHs de oncologia, que são os procedimentos oncológicos que precisam de internação, e aqui as outras cirurgias eletivas que precisam de internação, que entram hérnia, colecistectomia e outras cirurgias. Então, foram um total de 1.694 procedimentos ambulatoriais e hospitalares realizados nos mutirões.

Os investimentos realizados: a gente teve o programa Agiliza Saúde, no qual o governo destinou R\$ 53 milhões para investir na saúde, e a gente teve muita questão de compra de equipamentos e reforma de unidades. Do SAMU, a gente já tinha até comentado aqui, e eu acho que o secretário também comentou lá no plenário, a gente comprou 12 ambulâncias novas. A nossa frota estava bastante antiga, com bastante problemas de manutenção, então nós decidimos investir em ambulâncias novas.

Também sobre a questão da redução da fila dos exames, aquele *slide* anterior que mostrava cirurgias e procedimentos está dentro desse investimento, que foi feito com recursos próprios. E também realizamos a construção e reforma de algumas unidades de saúde.

Aqui são as obras realizadas em 2023. A nossa meta do Plano de Saúde era executar, no mínimo, 25% da pactuação de obras, a gente conseguiu 21,5%. A gente entregou 28 obras desde 2022, a gente tinha 130 previstas no Plano Municipal de Saúde. Aqui são algumas obras entregues, por exemplo, o elevador para maca do Bloco A do Hospital Presidente Vargas. Aqui o CAPSI Harmonia, que a gente reformou também. Aqui as obras que estão em execução ainda no Hospital Materno Infantil, que é o refeitório, a brinquedoteca, o piso da enfermaria do Bloco A e a impermeabilização do telhado, que é uma obra bem grande, não é Cincinato, que já estamos há um tempo nela, mas vai ficar bem bom também o hospital. Aqui as obras de acessibilidade do Centro de Saúde Modelo, que vocês sabem que é um prédio histórico, é tombado, mas a gente está

providenciando a questão da acessibilidade. Esses prédios mais antigos não têm acessibilidade, mas essa obra está em execução.

Financiamento: aqui a gente tem, no ano de 2023, o maior investimento da série em saúde. A gente constitucionalmente tem que aplicar 15% do recurso próprio em ação e serviço público de saúde. Em 2023, nós aplicamos 21,58%, foi o segundo maior percentual aplicado em saúde em toda a série histórica de Porto Alegre. Em 2017, a gente tinha aplicado 21,59%, e agora a gente alcançou 21,58%, uma diferença de 0,01%, ficamos no segundo investimento da série do valor próprio em saúde.

Aqui a gente tem uma exemplificação na apresentação por natureza de despesa e subfunção. Então, ela é tanto da Atenção Básica quanto de recursos mais detalhados, não vou detalhar aqui, porque essa planilha é meio extensa, mas todos os recursos por fonte, vigilância, Atenção Básica, atenção hospitalar, quanto foi aplicado de cada recurso de 2021 a 2023 nos últimos três anos e com o percentual também.

Aqui a gente está considerando os recursos municipais, estaduais e federais. Em 2023, a gente teve 32,87% de recursos municipais. Da União, foram 58,56% e do Estado foram 8,58%. Vocês vejam que a aplicação do Estado não varia ao longo do tempo, a gente tem insistido muito nisso, principalmente nessa fala que o secretário tem feito em relação ao Programa Assistir do Estado. A gente não tem visto uma movimentação de recursos, de investimento na capital por parte do Estado; ele fica praticamente no mesmo patamar ao longo dos anos. A gente teve um aporte um pouco menor do Ministério da Saúde em relação a 2022, percentualmente falando, mas claro que ainda o valor maior é o valor federal, mas o Município está tendo que bancar 1/3 do financiamento em saúde.

Aqui é o financiamento do SUS, o valor empenhado por subfunção. Este é o valor que está empenhado na Atenção Básica ao longo dos últimos anos, de 2018 a 2023.

Aqui é o valor do HPS, enviado para o HPS, está em torno de, tem ali o valor em investimento, outras despesas correntes e o valor que se paga com o pessoal em cargos. O cinza ali é o custo com o pessoal, dá para ver que no HPS é

bastante alto, e as outras despesas que envolvem contratos, compra de insumos e todas as outras questões para manter o HPS.

A gente tem o mesmo para o HMIPV. Na coluna cinza é o custo com recursos humanos, e nas despesas, em laranja, estão outras despesas correntes nos últimos seis anos.

Vocês podem observar que, nessas últimas planilhas, o ano de 2023 é o ano com o maior investimento, maior financiamento nesse serviço. Aqui são os prontos atendimentos. É a mesma coisa: entra ali a SPDM em 2019, então aqui entra o Pronto Atendimento Bom Jesus, Lomba do Pinheiro e Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul.

Aqui é o detalhamento do Programa Assistir, das nossas perdas. Eu vou fazer só um recorte ali naquela coluna que diz C-A, a penúltima coluna: primeira linha do HPS, é o valor que o HPS está perdendo agora com essa nova versão do Assistir. Hoje a gente tem até uma reunião com a secretária Arita sobre isso. São R\$ 18 milhões a menos para o HPS; para o Hospital da Restinga, são R\$ 851 mil a menos, esse valor é anual; e para o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, R\$ 2 milhões a menos no ano, também. Esses recursos somam aí cerca de R\$ 20 milhões, que vão fazer bastante diferença, e estão nos pressionando bastante para a gente ter que reorganizar todo o financiamento, porque a gente contava que isso pudesse ser revertido. O corte até era maior do primeiro Assistir, no caso do HPS era R\$ 25 milhões, baixou para R\$ 18 milhões, mas ainda é um valor muito expressivo, é quase um mês de custeio do hospital – tirando o RH, só para bancar o custeio do hospital é mais ou menos esse valor, e é torno de R\$ 16 milhões, R\$ 15 milhões.

Aqui são as perdas que a gente já teve com o Assistir. Essa linha no meio mostra o que a gente já perdeu, valor acumulado. Então, cerca de R\$ 10 milhões a gente já perdeu com o Assistir, porque já foi feito um corte – um corte menor, a gente fez todo um movimento, uma pressão, não foi cortado na sua integralidade, mas teve um corte que já soma, até dezembro de 2023, em torno de R\$ 10 milhões. A partir de 2024, está previsto, no decreto do governador, porque o decreto ainda está vigente, a ampliação desse corte do Assistir. A gente tem uma projeção de



chegar em dezembro de 2025 com uma perda acumulada de R\$ 70 milhões no Assistir, então, em dois anos, vamos ter uma perda de R\$ 60 milhões, isso vai ser muito crítico, o prefeito está bastante preocupado, porque isso vai impactar no funcionamento dos nossos serviços.

Aqui são as emendas, os recursos que nós tivemos com emendas federais, municipais e estaduais. As emendas federais foram de R\$ 1,8 milhão no quadrimestre – 5 emendas, total de ingresso no ano foi mais, foi de R\$ 19 milhões, porque foi ingresso no finalzinho, no último quadrimestre. Aqui no meio temos as emendas municipais, R\$ 529 mil no total, no ano foram R\$ 26 milhões; e as estaduais não tiveram novo ingresso no último quadrimestre, o total no ano foi de R\$ 400 mil.

Aqui a gente tem por vereador, e peço desculpas para vocês porque ficou muito pequenininho para enxergar. A gente detalhou o que está previsto na LOA, por vereador. Ali é a previsão na LOA, o que a gente tem de PL aprovado, o valor que já está empenhado e o valor pago percentual na última coluna. Eu já vou dizer para vocês que a gente, quando estava vindo para cá, estava conversando com os colegas “faltou tal emenda, vamos ter que fazer umas correções depois”, porque a gente depois vai se dar conta, a gente pede para todo mundo revisar e daí o pessoal nos alerta, depois a gente pode fazer a retificação.

O Previne Brasil é um programa do Ministério da Saúde. Nós somos a segunda capital com o melhor indicador no ano de 2023, no último quadrimestre. A gente tem uma evolução ali ao longo dos anos. Começou em 2021, quando foi implementado o programa. A nossa nota era 3.27, a gente terminou 2023 com 8.5. A gente foi escalando, fomos aumentando ao longo dos quadrimestres, e a gente chegou no último quadrimestre agora de 2023 como a segunda capital com a melhor nota do País. E isso tem um impacto direto no financiamento, porque essa métrica que o Ministério estabeleceu tem relação com o financiamento da Atenção Básica. Então a gente atingiu 95,97% do total de financiamento disponível para o Município – isso também é superimportante, além, claro, porque os indicadores têm uma exigência de melhorar a assistência,

eles também tiveram a melhoria da assistência e, conseqüentemente, também mais recursos para o Município.

Recursos humanos, para a gente ter uma ideia de quantos trabalhadores nós temos na SMS. Com o vínculo municipal, como eu, por exemplo, são 3.971 municipais; vínculo estadual ainda nós temos 137 trabalhadores; vínculo federal ainda temos 52 trabalhadores; contratualizados nós temos 2.136 trabalhadores. Esse é um retrato do terceiro quadrimestre de 2023.

Aqui estão as nomeações que nós tivemos: foram 61 nomeações por cargo. E os afastamentos: por aposentadoria, cedência, desmunicipalização, exoneração, no terceiro quadrimestre, 191.

Aqui a produção. A gente tem os atendimentos da Atenção Básica, o número de consultas de cirurgião-dentista, de enfermeiros, de médico, total por quadrimestre. A gente tinha uma meta de ampliar o número de atendimentos individuais por todos os profissionais da Atenção Básica, exceto cirurgião-dentista, em 15%, e a gente teve acumulado no ano 15,21%, então conseguimos atingir essa meta também.

Aqui a produção dos prontos atendimentos: os nossos quatro prontos atendimentos e a UPA Moacyr Scliar também. Então, no terceiro quadrimestre, foram 112.745 atendimentos. Aqui, observa-se um maior número no segundo quadrimestre, isso já é tradicional, em função do inverno, que a gente tem um aumento de demanda, principalmente de crianças, porque as crianças não demandam tanto os serviços de urgência e emergência nos outros quadrimestres, no primeiro e no terceiro, quanto no segundo, em função das doenças de inverno, por isso que a gente tem um volume maior no segundo quadrimestre.

Aqui por classificação de risco. A maioria dos pacientes que são atendidos nos prontos atendimento são pacientes verdes e pacientes azuis. A gente sempre reforça que esses pacientes podem ser atendidos nas UBS, e com a cobertura que nós temos agora, a gente estimula ainda mais isso. A gente já tem feito um planejamento agora para Operação Inverno, por exemplo. Ano passado, a gente já fez isso, nós abrimos unidades de saúde no final de semana para estender as

portas de urgência, e nós temos dois eventos importantes este ano, porque nós temos dois prontos atendimentos que estão em reforma, que é o Pronto Atendimento Bom Jesus e o Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro. Então nós estamos organizando, montando todo um planejamento para que isso não impacte nos atendimentos, e como é que nós vamos fazer isso? Nós vamos abrir unidades no final de semana, ampliar horário de atendimento de algumas unidades para que as pessoas tenham opções de acesso, principalmente por esse cenário que a gente vê. A maioria dos pacientes são verdinhos, como a gente diz, são casos leves que podem ser, sim, vistos na Atenção Básica. Então, já acertamos ano passado, ajudou bastante, então este ano a gente vai ampliar mais unidades, atendendo a Operação Inverno, no final de semana, inclusive unidades próprias, como o Modelo, por exemplo, para que as pessoas tenham essa opção, e a gente não tenha tanto problema de espera na porta, enfim! Aqui mostra as emergências de saúde mental, a produção do número de atendimentos – no PACS, no 3º quadrimestre foram 3.485, e no IAPI foram 3.243. A gente tem um pequeno um pequeno aumento em relação ao 2º quadrimestre, mais ou menos assim, em relação ao 1º quadrimestre, andou de lado assim, mais ou menos o mesmo quantitativo. Aqui mostra as consultas especializadas – a gente tem uma meta de manter a proporção entre oferta e demanda de consultas nas subespecialidades, mais tempo sensíveis entre um e dois. E o nosso resultado foi 0,8, então, ficamos dentro da meta. A gente teve aqui na oferta no quadrimestre 96.220 consultas nos hospitais contratados, e nos ambulatorios próprios foram 28.064 consultas. Tirando os bloqueios, reduz um pouquinho, ficando 89.000 nos hospitais e 19 mil nos serviços dos ambulatorios próprios. Aqui temos os dados do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, a gente ainda tem um número de trotes ali – pessoal, isso era da nossa época, década de 80, a gurizada passava trote, mas ainda hoje a gente tem um pouquinho, em menor número – 2.319 é o número de ligações que o SAMU recebe, 33 mil vem da regulação; muitos ainda por engano ou ligação interrompida, 44 mil; então, é um índice alto. Total de ligações que o SAMU recebeu: 79 mil no quadrimestre, quase 80 mil, 79.903. A média diária de

ligações para o SAMU é de 665, é bastante; então, se for pensar que só o dado da regulação é o dado importante, a gente precisa regular o paciente, os outros é engano, trote ou outras coisas, é um volume grande, mais da metade do que o SAMU recebe de ligação, então congestionada bastante o trabalho do SAMU. Aqui a gente tem os atendimentos; o primeiro *slide* era só sobre as ligações; aqui os atendimentos realizados pelo SAMU, são foram 16.268 no quadrimestre, daí a gente tem ali, dividido por subtipos, casos clínicos, trauma, transporte, obstétrico e psiquiátrico, o número de cada um deles, mas no total foram 16 mil. A nossa meta do plano anual de saúde é manter em 80% os atendimentos classificados como severos, realizados pelo SAMU, com o tempo de espera menor ou igual a 15 minutos, e o nosso resultado foi 15,7%. Aqui são as internações hospitalares. Esse dado é interessante – o secretário estava conversando comigo antes sobre esse dado – porque a gente estratificou os pacientes que são de Porto Alegre, residentes em Porto Alegre, residentes no interior e residentes em outros municípios. Quando a gente olha a quantidade, vou pegar só o 3º quadrimestre, ali em cima, a primeira linha, Porto Alegre atendeu 34 mil Autorizações de Internação Hospitalar – AIHs, são 34 mil internações para a município de Porto Alegre, que representa 57,9% do quantitativo, mas quando você vai para o valor, é menor, representa 43% do valor gasto, que foram R\$ 67 milhões; quando você olha os pacientes do interior, que foram 25 mil internações, isso corresponde a 41% do número de internações, mas o valor é maior, vai a 54% do valor, R\$ 84 milhões. Por que isso acontece? Por vários motivos, um é porque os pacientes vêm mais graves, os pacientes do interior. A gente tem essa dificuldade de acesso no interior, os pacientes que vêm de outros municípios são mais graves, exige uma complexidade maior ou já tentaram alguma coisa em outro município e realmente precisam de algo mais complexo aqui – aí o custo aumenta bastante. Então, aumentar essa mudança no acesso, por origem do paciente, impacta diretamente no custo. Também é interessante mostrar que, ao longo do tempo, o custo vem aumentando. Se você olhar no 1º quadrimestre... Não vamos longe, a gente até fez um exercício com anos anteriores, mas e se gente pegar o 1º

quadrimestre, olha quanto é que a gente gastou com pacientes de Porto Alegre? Sessenta e dois milhões de reais; agora, o 3º quadrimestre já foi a R\$ 67 milhões; pacientes do interior, a gente gastou R\$ 77 milhões no 1º quadrimestre; agora, no último, foram R\$ 84 milhões. Então, a cada quadrimestre aumenta o custo com as internações hospitalares, com os pacientes, tanto de Porto Alegre, quanto do interior. Quando a gente faz esse recorte, considerando anos anteriores, esse número é ainda mais importante. A gente fez uma avaliação com os dados pré-pandemia, tivemos um aumento de quase 50% no custo das internações, considerando-se o cenário de 2019 e o cenário de 2023, o cenário pré-pandemia e agora, que é um cenário que a gente pode dizer que já estamos saindo da pandemia, já estamos fora. Aqui são as informações e os indicadores do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, internações, bloco, centro obstétrico – são 2.448 internações no quadrimestre; consultas, 3.652; atendimentos da emergência pediátrica, 7.150. No Centro de Referência em Atendimento Infanto-Juvenil – CRAI, que é um serviço superimportante, a gente teve 505 acolhimentos no 3º quadrimestre. Aqui é sobre o Hospital de Pronto Socorro – a gente tem uma ocupação de 90%, é um hospital que está sempre muito lotado. A gente teve agora uma lotação muito importante no 3º quadrimestre; temos vários dados aqui de taxa de cirurgia, média de permanência, total de pacientes atendidos/dia, mortalidade institucional, que é bastante baixa, o hospital tem uma boa eficiência. Aqui são os dados do Programa Melhor em Casa, tínhamos uma meta de ampliar para 16 equipes, a gente tem 15 equipes, a gente está tentando, junto ao ministério, ampliar. A gente já bateu no teto; o ministério diz que, pela nossa população, a gente teria que ter o que já tem, 15 equipes, mas a gente tenta argumentar com o ministério que isso é pouco ainda, porque o programa tem uma boa eficiência, a gente tem um número alto de pacientes atendidos; então, assim, novas admissões, por exemplo, só no 3º quadrimestre foram 252 no GHC, e 389... são 641 novas admissões no quadrimestre. Isso aí dá praticamente um hospital, se a gente for considerar. Então, se a gente não tivesse o Programa Melhor em Casa hoje a gente estaria numa situação muito complicada na rede, porque esses pacientes

estão internados, mas tão internados em casa; a gente tem pacientes com oxigênio em casa, tem pacientes, enfim, que são assistidos pelas equipes. É um volume grande, foram feitas 10 mil visitas domiciliares para avaliar esses pacientes no quadrimestre, é um volume bastante grande. Aqui são os Indicadores da saúde: mortalidade materna, infelizmente a gente teve um óbito materno no mês de agosto de 2023; é uma taxa de 7,3 por 100 mil nascidos vivos. O meu sonho é não ter nenhum, mas infelizmente tivemos um em 2023. A sífilis – a gente está tendo bons resultados em gestantes, para evitar a sífilis congênita. A gente teve uma escalada nos últimos anos, principalmente por causa da pandemia, a gente atribui um pouco ao efeito da pandemia, e agora a gente está conseguindo intervir nesse problema que é um problema sério de saúde pública, então estamos conseguindo reduzir a incidência na população. Por exemplo, tínhamos uma meta de reduzir em 3% os casos de sífilis congênita, e me lembro que a gente discutiu essa meta de 3% já apavorado de como é que a gente iria fazer, mas a gente foi tão bem sucedido que conseguimos reduzir em 44,7% graças a um trabalho conjunto da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde, porque é uma paciente que a gente tem que ir atrás da paciente, catar as pacientes para tratar, para evitar que a criança nasça doente, enfim com sífilis. Aqui a questão dos testes rápidos da sífilis, HIV e hepatite B. A gente tem estratificado por teste, no total foram no quadrimestre 86.472, com 2,3% de testes reagentes.

Aqui as detecções de câncer de colo de útero e mama, o Citopatológico foram 48.636 o N acumulado do ano de 2023, que não é só o quadrimestre. Nossa população alvo era de 34 mil pacientes; nas mamografias a gente tinha uma população alvo de 19.252, a gente fez no ano 20.915. Conseguimos atingir então as nossas metas.

Vamos falar agora das coberturas vacinais. Então assim a gente conseguiu atingir... Teve todo o movimento do Ministério da Saúde agora ao longo de 2023, com a campanha da multivacinação, recebemos recurso, inclusive todos municípios do País receberam. A gente fez várias ações em escolas, mas ainda temos que fazer mais força para conseguir atingir as coberturas vacinais dentro

das metas preconizadas que um dia o País teve – isso é um problema do País todo. A gente conseguiu atingir a meta da BCG que é 90%, a gente ficou em 92,9%. Mas as outras vacinas, a gente ainda está abaixo da meta. Por exemplo, a tríplice viral que tem a vacina do sarampo, que é uma é uma doença que nos assombra, a gente teria que ter 95% de cobertura, ficou em 84,8%. A gente tem empreendido vários esforços, vamos de novo, temos um plano para vacinar nas escolas de novo. Acho que teve muito efeito de vários fatores aí durante a pandemia, principalmente que contribuíram para a queda das coberturas vacinais, e nós ainda estamos correndo atrás e é bem importante. Tem um fator que é muito importante que é a questão da percepção das mães em relação ao risco. Nenhuma mãe vê hoje uma criança com paralisia infantil, com sarampo. Então não sabe o que é essa doença, o que ela significa, como as mães do passado. Então não tem ela percepção de risco para ter o estímulo a vacinar o seu filho.

Aqui a campanha da Influenza, também a gente tem uma cobertura que fica abaixo da meta. Aqui tem a cobertura por extrato etário, a gente tem idosos com 51,3% de cobertura e as crianças com 27,6% e gestantes com 34,3%. Esses grupos são os grupos prioritários que são os grupos que são mais afetados por essas doenças, principalmente no inverno. Nós já temos o nosso plano da operação inverno montado, com uma ênfase nessa questão da vacinação, tanto quanto a da covid, quanto a influenza para gente conseguir diminuir o número de internações. O nosso foco é trabalhar na prevenção para não ter que, enfim, gastar e as pessoas sofrerem com internação e outros agravamentos decorrentes dessas doenças.

Os eventos. Esse foi um evento muito bacana organizado pela coordenação de assistência especializada ali da DAPPS da Atenção Primária, do Dezembro Laranja para gente identificar pacientes com lesões de câncer de pele. Então foi realizado no Centro de Saúde IAPI, 418 usuários, a gente fez 18 procedimentos cirúrgicos no IAPI mesmo, e 53 encaminhamentos com suspeita de câncer de pele. A gente, com o auxílio da tecnologia, conseguiu diagnosticar rapidamente no próprio evento, nessa campanha, que teve a participação de parceiros da

universidade, enfim, a gente já conseguiu reduzir bastante a nossa fila dos pacientes que aguardavam a avaliação.

O Dia Mundial da Luta Contra a Aids que é o 01 de dezembro, a gente teve as ações ali na estação mercado, de testagem e aconselhamento, e na Trensurb da Farrapos, isso já é um dia tradicional que a gente sempre realiza ações.

Também tivemos o nosso boletim epidemiológico; Porto Alegre é a capital com a maior taxa de detecção, são 17 casos para cada 1.000 nascidos vivos, cinco vezes a taxa nacional que é 3,1. É o maior coeficiente e mortalidade de Aids em Porto Alegre, 23,8, quase seis vezes o coeficiente nacional. Então esse segue sendo um problema bem importante em saúde pública aqui em Porto Alegre.

Hepatite C a gente teve o projeto Teste e Trate: prisional da nossa equipe que foi premiado, inclusive pelo ministério da saúde na 17ª ExpoEpi que foi um grande evento que ocorreu em Brasília, realizado pela Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde. E aí esse nosso projeto que foi a testagem ali no presídio, com estratégias de microeliminação do vírus da Hepatite C com técnicas de matriciamento em população privada de liberdade no Município de Porto Alegre, através do projeto Teste e Trate: prisional. Então é mérito dos colegas nossos, servidores, o Dr. Eduardo Emerim, que fez esse trabalho, que deu uma trabalhadeira, mas valeu a pena. As pessoas têm no senso comum uma ideia que a gente não deve tratar da população privada com liberdade, como se ela estivesse isolada da população, mas é bem o contrário, elas também têm família, tem contatos, e a gente precisa tratar essa população. Obrigada.

**PRÉSIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Bom dia a todos, saúdo aqui a nossa Presidente da Comissão, Ver.<sup>a</sup> Lourdes; a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, a Ver.<sup>a</sup> Tanise, e estava aqui a Ver.<sup>a</sup> Mônica e o Ver. Ramiro; saúdo aqui a Fernanda e ao saudar a Fernanda saúdo a todos que estão aqui presentes da Secretaria Municipal de Saúde; a Rosa, do Conselho Municipal de Saúde; o Cincinato, representando



os homens na parte esquerda aqui do coração; enfim, saúdo a todos e todas que estão aqui, inclusive, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, direto pela TVCâmara. A gente sabe da enorme importância que tem o atendimento médico à população e quanto é complexo, é claro, todos os serviços que são ofertados. Mas existem algumas questões que nós, quando pontuamos na Comissão de Saúde, gostaríamos de ter, Fernanda, uma certa urgência na solução dos problemas, eu vou levantar aqui dois, três casos. Primeiro, nós levantamos, no início de dezembro do ano passado, quando tivemos uma reunião com a SMAP, a Procempa, a Fazenda e Secretaria Municipal de Saúde, estava o César lá, o secretário adjunto, com relação ao assunto muito pontual com os agentes comunitários de saúde que, por incrível que pareça, muitos deles são agentes comunitários de saúde, mas tem lá uma outra função na carteira, isto é, são advogados, são outra função, mas exercem como agentes comunitários de saúde. Naquela ocasião, inclusive, teve uma pessoa presente que disse que tinha a carteira assinada como presidente. O Município se comprometeu, naquela oportunidade, não só resolver essa questão, mas criando um novo departamento, na Secretaria Municipal de Saúde que cuidasse disso, porque envolve vários problemas. Nesse caso, primeiro, ela recebe um salário compatível à função que, em tese, teria feito o concurso e exercendo, mas na vida real não é. A segunda questão foi que esses trabalhadores, ao receberem um salário diferenciado ou não atualizado pela reposição não feita, quando em licença de saúde, acabam sendo afastado com outro salário fornecido pelo INSS. Então, toda essa questão, posso até reforçar, Fernanda, para ti depois por e-mail, nós não recebemos retorno. Tivemos aqui, na semana passada, uma reunião muito importante que foi em relação às políticas adotadas pelo governo municipal para o combate da dengue, chicungunha e tudo mais em Porto Alegre, na COSMAM. Fizemos alguns encaminhamentos que foram importantes aqui da comissão, vou lembrar algum deles, por exemplo, chamamento dos concursados que são poucos os concursados que estão esperando, se não me engano, são só 15 agentes e nós estamos numa situação precaríssima eu acredito, avalio, eu não sou o secretário para poder avaliar com o governo, mas a informação que tínhamos era de 81

agentes e o governo diz que tem 87 agentes de combate a endemias. A capital que menos tem, ao menos são os dados que temos nos sites de transparência das capitais, é Curitiba com 300 agentes de combate a endemias; Porto Alegre tem 87, por que não chamar, por que não constituir uma força tarefa ou nem mesmo criar um mecanismo de contratação temporária em função deste período que ora vivemos, em função de uma ameaça de pandemia? Claro, foram buscar a ajuda do Exército, não somos contra a ajuda do Exército, mas por que não reforçar um corpo de servidores que podem ser permanente, uma vez que as catástrofes têm sido permanentes, e o governo tem que se cuidar muito disso. Nessa ocasião, Fernanda, tu estavas conosco, foi dito que vocês forneceriam, por exemplo, repelentes, que tu acabou de falar no início da introdução que estariam fornecendo, e que estariam fornecendo a testagem – me parece que não houve avanço no fornecimento da testagem nas unidades de saúde –, a pessoa chega com sintomas e precisa saber se, de fato, é dengue ou é covid, sendo covid tem a disponibilidade da vacina, e aí encaminha. É importante disponibilizar a testagem para isso.

Além disso, o governo tem dito aqui, nas inúmeras reuniões que vêm, que tem inúmeras unidades de saúde com projetos prontos, mas com dificuldade de execução, por que não foi construída nenhuma unidade de saúde, nem no ano passado e até então não tem previsibilidade nisso, me parece que não foi colocado aqui. Eu falo, por exemplo, da Santo Alfredo e Vila Conceição que é na região leste, poderia falar aqui das 10 e outras que são feitas com parcerias na Lombo do Pinheiro e tudo mais, mas qual é o planejamento da Secretaria em relação à construção dessas unidades, uma vez que tem recursos, alguns financiados pelo Bird e outros com parceria já concretizados.

Nós percebemos também que o cidadão, ao procurar uma unidade de saúde, recebe a orientação de que é preciso ter um tratamento com especialista, e esse especialista não chega, a pessoa está aguardando um mês, dois meses, seis meses, um ano e não chama, qual é a dificuldade de ampliar a oferta de especialistas com parcerização ou com o Município? Nós temos que criar um mecanismo de poder atender início, meio e fim, não há como simplesmente só

atender na unidade de saúde, é preciso o cidadão ter o seu tratamento complementado, independente se precisa cirurgia ou não. Por que não os hospitais filantrópicos ou não? Não estão disponibilizando ou é o governo que não está contratualizando? Onde está o problema? A oferta tem sido muito pequena em função dos inúmeros problemas que temos em Porto Alegre. Poderia fazer a última pergunta: aumentou em 23% as mortes em Aids, onde está o problema? Não está sendo fornecido preservativos, por exemplo, na unidade de saúde, nas comunidades? Eu recebi algumas informações também nesse sentido. Onde está o problema para nós poder ajudar e creio que a COSMAM com as emendas que ora disponibilizamos é também para fortalecer essa a política que chega na ponta. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD):** Bom dia, saudar a nossa Presidente da Comissão, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger; demais colegas vereadores aqui presente; a Mesa que está composta e o público que está aqui também. Eu estava pensando que a nossas últimas reuniões sobre este assunto sempre foram virtuais, esta é a primeira presencial, já fazia bastante tempo que a gente estava no virtual e eu lembro que o secretário Fernando Ritter sempre passando a palavra para as várias áreas que acredito que são as áreas que estão aqui presente. Saudar todos os servidores da saúde também. Parabenizar também, Fernanda, pela apresentação, a gente tinha combinado nesta reunião que em torno de 40, 45min, a gente tem um tempo de abertura desta reunião, e tu ficaste dentro do tempo, para nós é bem importante porque depois também sobra um tempo para gente fazer o debate. Só fazer uma consideração que a questão de entrega desta apresentação, eu até imprimir, chegou para nós hoje às 9h20min, estava no grupo da nossa COSMAM, chegou hoje 9h20min; geralmente chega uns três, quatro dias antes e, para nós, isso é importante, porque eu, ao menos, gosto...

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Vereadora, desculpa lhe interromper; eu nunca recebi três, quatro dias antes nos últimos tempos, só se a senhora recebia.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD):** Não; acho que sempre vinha, sim, um ou dois dias antes, sempre vinha; acho que hoje foi a primeira vez que chegou no dia e às 9h20min da manhã. Então é um pouco corrido para a gente ler e, enfim, marcar. Mas eu tenho algumas considerações bem objetivas, bem específicas, que eu queria colocar aqui. A primeira consideração é sobre o Prometa da saúde mental, sobre a implantação do Certa. A gente viu ali que foi colocado, 100% concluído a implantação do Certa, que é um sucesso, agora em maio vai completar um ano. Mas a minha pergunta: tem uma Prometa ou, enfim, como é que está o planejamento do Certa Mais, acima de 12 anos? Isso vai ser feito nesse governo? Como é que está o planejamento da saúde em relação ao centro de autismo para pessoas acima de 12 anos. A segunda colocação; claro que esse é um relatório do quadrimestre, então dos últimos quatro meses. Eu vi ali que as últimas lâminas são a questão dos eventos, dezembro vermelho, dezembro laranja, enfim, mas eu pergunto: vocês têm uma programação dos meses coloridos? Porque, hoje, cada mês tem uma cor relativo a alguma doença ou transtorno, enfim. Vocês têm uma programação anual dos meses coloridos? Porque, para mim, por exemplo, o Janeiro Branco, que é o mês da saúde mental é muito importante, e o Setembro Amarelo que é o mês de prevenção ao suicídio. Se tem uma programação nesse sentido. A terceira colocação é sobre os dados na área da saúde mental. De um tempo para cá, eu venho percebendo que não vêm tantos dados como vinha no começo, comparando esses três anos que eu estou aqui como vereadora, nas primeiras reuniões eu percebia mais dados na área da saúde mental, e vem diminuindo cada vez mais os dados na área da saúde mental. Por exemplo, hoje não foi falado num dado que é a questão da prevenção do suicídio, os números de suicídio, de autolesão. Isso sempre vinha lá atrás nos primeiros relatórios, eu não tenho visto mais os números de suicídio

ou autolesão, enfim. Não sei se é uma estratégia... A quarta colocação também na mesma linha do colega aqui, o Ver. Oliboni, sobre o quadro de funcionários; isso me preocupa, porque eu tenho, o meu trabalho é muito na área da saúde mental, então eu tenho visitado muitos CAPS, os CAPS próprios também me preocupa muito, porque toda vez que eu chego nos CAPS eu sempre converso com a pessoa responsável, a coordenação, enfim, e sempre tem um relato de que a equipe, enfim, está saindo por algum motivo, e como é que é repostado esse quadro de funcionários que saem por alguma razão, enfim. Isso me preocupa também, e a importância de ter servidores do quadro também né. A outra colocação é sobre os especialistas também, o colega acho que falou sobre as consultas especializadas, me preocupa também a questão de médicos psiquiatras, como é que está isso, porque uma das reclamações que chega muito para mim é a dificuldade de ter um médico psiquiatra para atendimento na área da saúde mental. E a última pergunta é se tem alguma previsão de construção de um novo CAPS, algum CAPS, ou CAPS infantil ou CAPS AD, CAPS II ou III, enfim, se está previsto pela saúde uma construção em algum bairro. Ouviu falar no morro Santana, ou bairro Restinga. Então gostaria de confirmar essa informação, se está previsto um novo CAPS. Era isso. Muito obrigada.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia, bom dia presidente Lourdes, colegas vereadores Oliboni, Tanise; o Ver. Ramiro estava aqui também, acho que já saiu; cumprimentar a Fernanda pela apresentação e todos os membros da Secretaria Municipal da Saúde, a OAB, o Bobek da vigilância, o Dr. Cincinato do Hospital Presidente Vargas, a representante do conselho também, sejam bem-vindos à nossa COSMAM. Tem algumas coisas que eu gostaria de pontuar com relação à apresentação; uma delas seria a questão da dengue, que vocês comentaram, da importância e do que nós estamos vivendo. Nós temos um projeto, e eu vi ali que vocês comentaram, na apresentação, a questão da entrada nos espaços públicos e privados, da dificuldade que se tem. Nós construímos, no ano passado, um decreto, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, em parceria com o prefeito Sebastião Melo, para que a

gente pudesse ter mais acesso. No final do ano também eu contatei a questão dos drones, e eu comentei isso na semana passada aqui, quando se falou sobre a dengue, da importância de nós termos os drones com as garras, e a Fernanda comentou inclusive da dificuldade de fazer essa adesão à compra dos drones. Então eu queria ver se realmente nós não temos essa possibilidade ou se tem condições de se adquirir, porque inclusive eu queria fazer a destinação de uma emenda impositiva para que a gente pudesse adquirir pelo menos dois drones, porque eles colocam as pastilhas de cloro diretamente dentro das piscinas sem precisar entrar nas casas. Então seria uma forma de solução mais rápida, e, a princípio, a burocracia impede que isso aconteça. Eu acho que nós temos que desburocratizar, nós temos que conseguir acessar essa alternativa, que ela pode ser, no início, mais demorada, mais difícil, mas, na sequência, ela vai conseguir trazer mais resultados. Eu não ouvi falar na questão do escorpião amarelo na apresentação; eu acho que é importante a gente falar, inclusive a gente vê seguido a secretaria fazendo buscas no Centro à noite e tudo mais, e eu não ouvi como é que está essa questão. Com relação ao Assistir; nós tivemos reuniões na semana passada com o prefeito, e me preocupa muito a questão do fechamento de leitos; fechamento de 100 leitos no Hospital Vila Nova, fechamento de 99 leitos de retaguarda no Santa Ana caso a gente não consiga resolver a questão do repasse do Assistir. Então o que está sendo feito, a conversa com o Estado, como é que está? Eu acho que é importante a gente trazer essa pauta, porque nós precisamos achar uma solução, nós não podemos permitir que Porto Alegre fique sem 199 leitos inicialmente, porque pode ser pior ainda. Então acho que a gente precisa trabalhar essa questão. Depois eu não ouvi também, na apresentação, a questão da traumatologia, que é uma coisa que me preocupa muito, porque nós temos no interior aí, na Grande Porto Alegre, muitas emergências de traumato fechando as portas. Porto Alegre atendendo, e atendendo além da sua expectativa. Nós temos poucos hospitais como o Cristo Redentor, o HPS e o Independência, que fazem esse tipo de atendimento, e eu sempre comento que o HPS é porta aberta; o Independência é regulação. Como é que a gente faz quando tem o atendimento e como é que a gente sabe quando

que esse paciente vai ser chamado? É muito importante a gente saber isso, porque, na verdade, eu acho que a gente fica num limbo; eu sempre falo disso. Tem o primeiro atendimento e depois a pessoa senta e espera, e eu conheço muitos casos de pessoas que ficaram mais de ano esperando uma cirurgia de traumatologia. Então eu acho que é bem importante a gente conseguir trazer algum resultado com relação a isso. Biópsias, eu não ouvi falar; acho que é importante a gente saber, porque, através das biópsias, a gente tem o tratamento principalmente oncológico, que eu também não ouvi falar nos números e que a gente tem uma demanda represada muito grande com relação a isso, passa dos 30 dias, passa dos 60 dias, para início de atendimento que é de determinação federal. Está na Constituição que pacientes oncológicos precisam ser atendidos em até 60 dias, e isso muitas vezes não acontece. Com relação aos investimentos, os postos, eu vi que tem melhorias ali no elevador, graças a Deus, Dr. Cincinato, porque era um problema muito grande que se tinha no Hospital Presidente Vargas, mas nós temos, falamos sobre isso no ano passado aqui na comissão, sobre os postos, o investimento para a reforma e para ampliação dos postos. Quais postos estão sendo ampliados e reformados? Não ficou claro isso para mim. E eu queria saber também com relação aos queimados do HPS e do Cristo Redentor, principalmente HPS, porque a ideia era que se ampliassem leitos. A gente sabe que são leitos extremamente caros, mas tem algum indicativo de ampliação desses leitos? Porque a gente sabe que todos os pacientes do interior vêm para Porto Alegre, normalmente, quando têm problemas de queimaduras. Então, como é que isso está? Inicialmente é isso. Muito obrigada.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** São várias perguntas, o que não for possível responder, nós solicitamos que sejam enviadas à comissão por formalidade. E dizer também sobre essa proposta da Cláudia, o mesmo decreto, eu participei sobre zoonoses e vigilância sanitária, e nós repassamos o recurso para a Guarda Municipal, que faz esse acompanhamento nas fiscalizações, justamente para fazer essa fiscalização, quando não há possibilidade de entrar

com o drone. A Guarda Municipal ganhou essa doação por parte do nosso gabinete. Com a palavra a nossa representante da Saúde.

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Vamos lá. Então, vamos começar pelo Ver. Oliboni. Em relação à questão do eSocial, que era um problema que a gente já estava acompanhando ali de resolver o registro dos Aces, porque eles foram contratados em regime celetista, então precisa do eSocial. Isso está com a SMAP, na verdade, é uma atribuição da SMAP essa resolução, a gente já fez algumas reuniões com eles. Não sei exatamente lhe dizer essa questão da criação de um setor, mas, independentemente se for criado setor ou não lá na SMAP, é uma atribuição deles. A gente já passou todas as informações necessárias, podemos checar com a SMAP para ver a previsão dessa resolução. Realmente chequei com o pessoal, ainda não está resolvido, mas pontuar bastante claro que já fizemos todos os encaminhamentos necessários e, realmente, é uma pendência importante que o senhor traz aqui que a gente tem que superar, e nós vamos acionar a SMAP novamente. Em relação à testagem que o senhor trouxe, nós ampliamos os postos para testagem de dengue, para a coleta. A gente tinha algumas unidades no ano passado, ampliamos mais algumas. O senhor estava falando da dengue e covid. A covid, a gente tem um protocolo do ministério. O ministério reduziu a testagem, tanto é que não vem mais testes. Os últimos testes que chegaram para nós do ministério foi num convênio com a OPAS, porque após a derrubada da emergência, pela OMS, da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, que a OMS, no ano passado, disse que acabou a emergência... Por que acabou a emergência? Porque nós, graças a Deus, conseguimos atingir bons níveis vacinais, e a covid passou a ser uma doença comum, uma doença que a gente consegue ter um controle dela. Claro que a gente não pode descuidar da vacinação, porque as pessoas que não se vacinam ficam em risco muito elevado. Então, ela passou a ser tratada como a Influenza é tratada hoje. A Influenza tem vacina, assim como a covid, mas não tem teste se a pessoa for consultar, tanto no público quanto no privado. No privado, às vezes têm, porque tem o interesse em ter o teste ali,



enfim. Mas como acontece no SUS? Para a Influenza, a gente não tem teste, a gente faz uma avaliação clínica, o médico orienta, dá atestado, afasta. Na covid, o manejo tem sido o mesmo, a orientação do manejo é a mesma, exceto para os grupos prioritários, que esses, sim, têm que ser testados. Quem são os grupos prioritários? Os pacientes gestantes, com comorbidades, como transplantados, pacientes oncológicos, esses pacientes estão no protocolo para testagem. Mas não se tem mais aquela testagem em massa que a gente tinha da população, quando a gente ainda tinha níveis de cobertura vacinal muito baixos, que ainda estavam aquém da nossa meta. Então, nós tivemos uma dobra. A gente teve uma mudança de manejo do ponto de vista coletivo populacional em relação à covid. Então é bem importante dizer que a covid, a gente não tem mais o critério de testar em massa. No caso da dengue, isso é uma mudança de abordagem epidemiológica em relação ao agravo, é uma questão bem técnica, mas eu preciso trazer aqui. Na questão da dengue, nós, sim, temos o teste disponível mas o que a gente observa nesse ano também? A nossa rede está mais sensibilizada para fazer o diagnóstico. Lembra quando eu mostrei aqui a série histórica? A gente tinha pouquíssimos casos, então os médicos não estavam nem acostumados a ver dengue aqui em Porto Alegre. Agora, esse cenário está começando a se modificar. E é aquela coisa, o médico bem treinado, ele olha e já sabe o que é. “Ah, isso aí é tal coisa.” Então, no caso da dengue, já está começando a acontecer isso, a sensibilização da rede para reconhecer o agravo, mesmo sem testagem, mas isso não quer dizer que não tenha teste. A gente tem o teste, aumentamos algumas unidades agora – eu não vou saber de cabeça, mas as gurias podem me socorrer, se precisar, a gente pode mandar por escrito também depois – para deixar mais ampliado o acesso na cidade. A gente tem a intenção de colocar em todas as unidades, mas não conseguimos avançar, porque é uma logística mais complicada. Estamos comprando mais testes também, mas a gente já ampliou esse número de unidades com teste disponível. Estamos, sim, distribuindo o protetor solar, é um EPI do agente que trabalha na rua, o protetor solar e o repelente, as duas coisas, são dois EPIs. Até falei com aquela representante dos agentes que estava aqui na COSMAN aquele dia, que

ela citou, eu disse que a gente precisa saber se alguém não recebeu, porque a orientação... E a gente vai atrás e retifica se houver alguma situação que alguém não recebeu, mas todos estão recebendo. Em relação à contratação dos especialistas, que é uma situação bastante importante, temos essa questão do financiamento que tem nos estrangulado no sentido de conseguir ampliar a compra de serviços. As emendas têm nos ajudado bastante, a gente tem conseguido contratar alguns serviços, exames, algumas coisas alguns vereadores destinaram, mas não na proporção que a gente gostaria. Então, nisso a gente esbarra na questão orçamentária, a questão de ampliar acesso a especialista, que é uma das coisas que mais está precisando no momento, de fato. Em relação à mortalidade do HIV, o HIV é um assunto bastante delicado e denso, então, assim, essa mortalidade, na verdade, não é por HIV, vou corrigir o termo, é por Aids, que é o paciente que já está num outro estágio, já está doente e este paciente, realmente, a gente teve um aumento em relação ao ano passado de 5% desses pacientes com HIV. Realmente é uma abordagem que o ministério está tentando abordagens avançadas para esse tema, porque é de difícil resolução. Nós temos trabalhado bastante, mas realmente... Bom, temos uma boa sensibilidade do ponto de vista de testar e de ter esse dado, a gente sabe exatamente qual é o tamanho do nosso problema. O que nós ainda estamos num processo difícil é na abordagem, para que a gente consiga diminuir esse indicador. Os preservativos estão disponíveis em todas as unidades de saúde para distribuição gratuita para a população. No carnaval agora, a gente atuou também bastante distribuindo gratuitamente para a população, mas requer muito mais ações, é um problema multifatorial bastante difícil. Envolve a questão da tuberculose porque geralmente esses pacientes morrem por doenças oportunistas, e a tuberculose é outra doença associada dos pacientes com Aids também de difícil resolução. As taxas de cura, como eu mostrei para vocês, ainda estão aquém, a gente tem baixa. Então o Ministério tem um programa, e tem organizado lá a Secretaria de Vigilância em Saúde, fizeram várias reuniões, inclusive com a OMS, lá na Índia, para buscar abordagem, esses colegas da Vigilância estão acompanhando, para a gente tentar reduzir os nossos índices

de tuberculose que estão diretamente associados a essa mortalidade por Aids. Agora entrando no nos tópicos da Ver.<sup>a</sup> Tanise aqui sobre a questão de receber antecipadamente o relatório, eu não sei... Vou deixar aqui a Kelma falar sobre essa questão.

**SRA. KELMA NUNES SOARES:** Bom dia, a gente está sempre tentando, buscando poder entregar para vocês com o tempo mais oportuno. O que acontece é que alguns dados demoram muito para fechar. A gente está até com o representante aqui da direção adjunta do financeiro e é um relatório muito extenso. Se vocês forem ver, agora a gente já vai estar disponibilizando no *site*, ele é bem pesado porque a gente tem que colocar todos anexos do financeiro, então tem 400 páginas de documentos e com os demais dá 2 mil páginas, em função também da questão do financeiro, e demora muito, depois o Pedro complementar para a gente poder fechar. Então não é um documento muito simples da gente conseguir formatar e fechar, e, ao mesmo tempo, a gente vai também fazendo e qualificando a apresentação, e precisamos passar com o secretário, e deu essa questão aí de colisão de agendas, e para passar e a gente conseguir mostrar para os colegas também, e aqui estão todos os diretores, todo o pessoal que colabora muito com a apresentação, então a gente tem esse período. Ontem a gente tinha mais uma questão de ajuste, agora a Fernanda já falou que a gente precisa melhorar ali das emendas, por isso a gente disponibilizou ontem à tarde relatório, mas a gente sempre busca, a gente sabe que vocês sempre pedem. Se dependesse de nós, a gente, com certeza, mas os bancos de dados é bem complicado de a gente conseguir, mas a gente vem buscando isso. Obrigada.

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** É um desafio sintetizar todas essas 400 e tantas páginas nessa apresentação de 40 minutos. Inclusive já vou responder uma outra pergunta da Tanise em relação aos dados do suicídio. Realmente, vamos tentar colocar no próximo, Kelma, eu acho que é importante. Mas é isso, a gente sempre fazendo uma escolha do que nós vamos falar. Se for olhar o

---

relatório mesmo, tem muitas outras ações, a questão do escorpião que não foi falado aqui, mas está tudo no relatório. A gente tem esse desafio da síntese para apresentar aqui pra vocês, mas a gente está anotando todas essas observações e eu acho que esses dados são relevantes, sim de a gente manter, e a gente vai procurar trazer na próxima apresentação.

A outra pergunta do Certa Mais do planejamento Certa Mais. Sim, nós estamos é em tratativas para a construção de um centro especializado em reabilitação que vai atender autismo também, mas vai atender outras deficiências, só que a gente precisa de construção de área física, reforma... Então vai ser um plano que a gente está começando a desenhar, isso não está totalmente fechado ainda, mas já estamos montando esse planejamento. Sobre os meses coloridos, a gente tem uma programação, temos do Setembro Amarelo, temos o Maio Vermelho, que é do câncer de boca, tem o Agosto Dourado, do HPV, que é o mês da amamentação, a gente tem essa programação sim, e os setores já estão todos habituados com isso na sua programação. A outra questão em relação ao quadro de reposição dos funcionários, isso é sempre um nó crítico, porque a gente encaminha essa situação das vacâncias, mas a gente sempre esbarra na questão da disponibilidade financeira do Município. Então, já respondendo uma outra questão em relação aos CAPS, a gente também tem aquela questão de ter os concursos homologados. Agora até a Livia me passou que provavelmente vai homologar um para psiquiatra e a gente vai conseguir chamar. E nessa questão dos concursos também tem outros fatores, às vezes o trabalhador que é a vez de ele assumir e não assume, então a gente está sempre correndo atrás e acaba sempre ficando com o *delay* para conseguir repor dentro daquilo que o serviço necessita. A gente tem a previsão de construção de novos CAPS. A gente vai construir um CAPS, já está bem avançada a negociação, que é o CAPS da Lomba do Pinheiro. A gente conseguiu uma emenda federal para a construção de um serviço, a gente pensa num serviço perene, então a gente sempre pensa que alugar uma casa é ruim, porque a casa não é construída para ser um CAPS, então se tu consegues construir dentro de uma lógica de pensar o serviço e como acolher as pessoas, é melhor. Então a gente está com isso bastante avançado

nesse CAPS. E a gente cadastrou no Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, acho que cinco, mas ainda não saíram os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento. A gente cadastrou muitas coisas, porque a gente queria muita coisa, mas ainda não temos nenhum retorno sobre isso do governo federal. Agora vamos para as questões da Ver.<sup>a</sup> Cláudia. Desculpa, já contemplo, eu anotei aqui, eu contemplo aqui. Sobre a questão da do combate à dengue, a gente já conversou bastante na outra reunião, sobre a questão da entrada nos espaços, a gente está executando, mas é sempre aquilo, a gente primeiro tenta a política da boa vizinhança, a gente tenta o diálogo com os moradores, a conscientização das pessoas para que as pessoas se conscientizem que a ação é importante, porque depois a gente vai virar as costas e vai sair dali e a pessoa precisa entender que aquilo ali é importante. E outra coisa importante em relação às ações de controle vetorial é que 80% dos focos do mosquito estão em recipientes pequenos. O mosquito precisa de uns 10 centímetros para subir e descer, então em piscinas com grandes volumes geralmente a gente não encontra, o que a gente vai encontrar é em piscinas com lâmina d'água, nessas sim a gente pode ter criadouros. Então as ações com os drones, o secretário me falou que já tinha feito até uma reunião com a senhora sobre o tema, a gente tem alguns que precisam de autorização da ANAC para operar, a gente tem um na Vigilância, a gente utiliza, a gente já tem feito várias autuações, inclusive com as ações do Exército a gente fotografou umas piscinas ali no bairro Higienópolis e também já autuamos os moradores porque não tinha como subir no prédio, mas aí o drone foi lá e fotografou. A gente autua, a gente tem acesso ao sistema dos imóveis no município, a gente descobre quem é o morador e a gente autua, a gente vai atrás. A gente sempre encontra, a gente tem em todos os processos, a gente vai atrás e faz a autuação. Sobre o escorpião amarelo, a gente tem as ações descritas no... a gente pode até detalhar e enviar depois, mas a gente tem todas as ações descritas no relatório mais detalhado, mas também podemos apresentar no próximo relatório. Em relação ao fechamento dos leitos. A gente tem conversado com os hospitais, tem uma reunião hoje com o Estado, à tarde, com a secretaria Arita. Eles nos

mandaram uma prévia do Assistir, dos recursos destinados para cada serviço. Ontem a gente discutiu e encaminhou para o Estado um ofício com algumas inconsistências nos cálculos que o Estado fez, para que o Estado ou nos mostre a fórmula de cálculo, ou revise o que a gente apontou. Mas, ainda assim, não reverte aquele déficit que eu mostrei anteriormente. Nós vamos levar isso para discutir também com o Estado, para ver como é que a gente consegue avançar, mas isso tem comprometido muito a gente avançar com os hospitais aqui em Porto Alegre nessa questão do custeio. A traumatologia-ortopedia, a senhora tem toda a razão, o fato de fechar serviços na metropolitana tem custado um preço alto para a população e para os serviços aqui em função da lotação. Falei com o Dr. Bobek, que está substituindo o diretor Flávio nas férias, em relação ao Independência, que teve um incêndio, reduziu 34 leitos em dezembro, então a gente vai estar retomando com eles ali para a previsão de reabertura. Na PUC, a gente foi semana passada, a PUC já reabriu o ambulatório, que estava fechado, fechou porque destelhou tudo lá. Eles conseguiram consertar o telhado e estão retomando as consultas que estavam suspensas. Tinham mantido só as oncológicas e a bariátrica, e agora eles conseguiram retomar as consultas ambulatoriais e nos deram a previsão de 18 de março para reabertura total da emergência. Eles estão atendendo na emergência, mas estão atendendo meio improvisados, porque eles tiveram que deslocar para uma outra área. A gente foi lá pessoalmente ver como é que estava a situação, ainda estavam esperando chegar uma parte do telhado lá para cobrir o nono, porque eles estavam com medo que chovesse e molhasse tudo de novo. Eles têm todo um processo de liberação de seguro, do recurso deles, para eles conseguirem finalizar toda a obra. Ainda tem algumas coisas para fazer, mas eles já conseguiram avançar bastante. Nós vamos fazer uma conversa com o Independência na mesma linha, porque eles estavam aguardando o laudo do incêndio, para eles conseguirem sacar o seguro, para poder fazer a reforma. O deles foi uma destruição, foi completa...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Mas antes do incêndio, Fernanda, nós já tínhamos um problema extremamente grave. Não é a questão do incêndio, dos trinta e poucos leitos que mudou a situação. A situação já era precária.

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Sim, porque a gente teve fechamento nos hospitais que a gente não tem gestão, fora do Município. A gente tem tentado conversar com o Estado, mas a gente não tem gestão sobre isso, vereadora, infelizmente. Uma outra solução que nós achamos para resolver esse problema, agora até a gente teve duas emendas encaminhadas, é iniciar as cirurgias de ortopedia no Hospital Restinga e Extremo-Sul. Vamos sentar esta semana para alinhar com eles. Conseguimos inserir cirurgias de ortopedia no Programa Nacional de Redução de Filas do Restinga, e daí nós vamos alinhar para aditivar o contrato deles esta semana. Hoje eles atendem porta, isso foi um dos motivos da discussão com o Estado em relação ao Assistir, eles atendem a porta, e agora a gente vai começar a adicionar as cirurgias, para consolidar o serviço de traumatologia lá. É a solução que nós, enquanto o Estado não encontra uma solução, porque são, somando... os pacientes de Viamão são mais de 200 mil habitantes. Então jogar toda essa referência para Porto Alegre é um volume muito grande e realmente atrapalhou o funcionamento da nossa rede.

Outra questão que a senhora trouxe é em relação às biópsias. Sim, nós temos um volume muito grande de pacientes oncológicos por dois fatores: a demografia, os pacientes estão envelhecendo, vivendo mais, e o câncer, obviamente, aumenta, os seus indicadores de câncer. E nós temos a própria questão da pandemia, que atrasou vários diagnósticos, e o processo de diagnóstico e tratamento ficou atrasado em relação ao câncer. Agora, com os recursos do TJ, aditivamos os contratos dos hospitais, aquela renovação de recursos, para a gente tentar aumentar acesso a esses diagnósticos. Aquela ação que eu mostrei do IAPI já foi nesse sentido também de a gente melhorar o diagnóstico dos pacientes de câncer de pele. A gente tem uma fila grande de espera, a gente conseguiu reduzir essa fila em função dessa ação. Fizemos um mutirão específico também com o Hospital da PUC antes do temporal, que

também reduziu bastante, eles atenderam cerca de 200 pacientes e conseguiram dar fluxo. Nós temos a previsão da abertura do centro de oncologia do Hospital Nossa Senhora da Conceição agora, em meados deste ano, entre julho e agosto, eles nos passaram mais ou menos uma previsão, não tem uma data definida, porque eles também dependem do ingresso de RH, mas o centro está finalizado, já estão recebendo os últimos equipamentos que eles precisam. Vão ter radioterapia também, que hoje o Conceição não tem, mas o mais importante que eles precisam mesmo é a contratação de RH. Conversamos com...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Oi? E tem o Vila Nova, que iniciou também o serviço de oncologia agora no início de fevereiro. Está iniciando, a gente...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Provavelmente, alguns dos leitos que vão fechar com a falta do recurso do Assistir, pelo que eu sei, são os leitos oncológicos, são alguns dos cem que vão fechar. E outros são da pediatria infantil, e nós estamos entrando no inverno.

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** A gente não conversou nada sobre fechamento de leito com o Hospital Vila Nova ainda, vereadora, a gente ainda está discutindo a questão a questão do recurso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Sim, a senhora estava junto, isso. Não foram fechados, os leitos continuam abertos. O Dr. Dal'Molin é bastante sensível, ele sabe que a gente tem essa reunião com a secretária, eu acho que estão todos bem sensibilizados para isso. Então a gente não avançou nessa questão de fechamento, nada fechou, nem no Santa Ana nem no Vila Nova.



Uma última coisa, daí para contemplar a fala das duas vereadoras, é a questão dos postos que estão sendo reformados. Eu não vou saber a lista de cor. alguém sabe? (Pausa.) Eveline, pega o microfone ali, aí tu me ajudas.

**SRA. EVELINE RODRIGUES:** Sou diretora adjunta da Atenção Primária. Recentemente, na coordenadoria norte, unidade Farrapos; e a gente teve a inauguração da sala de odonto na coordenadoria leste, Jardim Protásio Alves. Esses são os recentes que foram...

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** E o que mais está em obras, tu lembra de cabeça?

**SRA. EVELINE RODRIGUES:** Posso encaminhar, é bastante, não lembro de cabeça.

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** A gente encaminha, pode ser? No relatório tem, mas acho que é importante encaminhar em separado, foi uma pergunta bem pontual.

A questão dos queimados. A gente tem dez leitos de queimados no HPS. Há umas duas semanas, a gente tinha 32 pacientes com queimaduras internados no HPS. Realmente, é um volume grande, e o Cristo continua atendendo, mas não sei o que é que aconteceu nos últimos dias aí. É outra coisa que também a gente vai levar para discutir com o Estado, porque o volume está aí...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. FERNANDA FERNANDES:** Exatamente, a gente tem sido até exaustiva nessa fala, a senhora está bem apropriada disso em relação ao custo que é com os curativos, muito extensos, os pacientes bastante tempo internados, pacientes têm que ficar sedados por causa da dor, criança, uma situação bem difícil. A gente não quer deixar de atender, mas a gente precisa do custeio desses

serviços, para a gente poder contratar especialistas, fazer outras coisas que a gente precisa fazer outras coisas que a gente precisa fazer, então é bem importante.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Dando o seguimento, informar que meio dia encerra a transmissão. Eu vou começar aqui pela Mesa, pelo Cincinato que tem interesse em falar por uns dois, três minutos para que todos possam se manifestar inclusive a outra representante, e depois a plateia.

**SR. CINCATO FERNANDES NETO:** Bom-dia a todos. Cumprimentando a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, cumprimento a todos aqui presentes, colegas Mesa, de bancada, Ver. Aldacir Oliboni, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise. Em relação ao Hospital Presidente Vargas, a gente tem tido um aporte bom de recursos por parte de Secretaria da Saúde, tanto é que a gente tem várias obras em andamento. Nós trocamos os elevadores do bloco C, que eram um problema, elevadores de 40 anos que não funcionavam e foram trocados, e customizamos o elevador maca do bloco A, que é onde estão as pacientes, que fazia a parte – digamos – do transporte de paciente, transporte de maca, transporte em geral e inclusive cadeira de rodas. A gente precisava adequar aquele elevador e foi feito. Bom, a gente está terminando a obra da brinquedoteca, que é uma lei federal, a gente precisava ter a brinquedoteca no Hospital Materno Infantil. Também estamos com a obra do refeitório, que é uma determinação do Ministério Público, e estamos partindo para uma outra obra, além da impermeabilização que está no final, que é a obra do banco do leite, que é cobrada pelo Estado, pelo Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Se nós não iniciarmos se essa obra em seguida, a gente tem o risco de ser multado, uma multa bem vultosa e inclusive tem o risco de fechamento do bando de leite. Mas a gente já está com o projeto pronto e vai dar início à obra. E, no mais, eu acho que todos os senhores têm conhecimento de que o prefeito, juntamente com o secretário e comigo, lançou a consulta pública para a construção do novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, que vai ser um hospital modelo. Vai ser construído em frente

ao Ginásio Tesourinha, vai ter mais leitos, vai ter o aumento de complexidade, vai ter a abertura de mais duas portas. Hoje nós temos a pediatra e obstétrica, nós temos a psiquiátrica e a ginecológica, que atualmente só tem praticamente no Fêmea e alguma coisa no Clínicas. Seria isso, e fico à disposição da pergunta dos nobres vereadores.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** O Sr. Paulo Ricardo Bobek, representante das diretorias hospitalar e urgência está com a palavra.

**SR. PAULO RICARDO BOBEK:** Bom-dia a todos. Obrigado pela disponibilidade da COSMAM para discutirmos essas temáticas. Eu acho que é importante destacar que não só o Assistir atingiu o Porto Alegre e a região metropolitana, como também é a questão do Instituto de Cardiologia que implicou no problema de funcionamento dos hospitais de Viamão, Cachoeirinha e Alvorada. Somando aí, dá mais de 500 mil pessoas que estão acessando Porto Alegre. E agora Viamão anunciou que vai fechar a emergência ou já deve estar fechando – não me lembro a data. Eles tinham anunciado que, em 30 dias, fechariam a emergência e atendimento de saúde mental, então é mais uma sobrecarga para Porto Alegre.

Parece que o Estado está encaminhando a questão – ou já encaminhou – do edital para a contratação de gestores novos para Alvorada e Cachoeirinha. Mesmo assim, ainda parece que não vai conseguir abrir duas maternidades e vai ser só uma sobrecarga para o Cincinato e para outras maternidades, então isso tem nos tencionado bastante.

Na questão da traumato, então que é a maior demanda dos nossos hospitais e a gente não consegue fechar a porta, são portas abertas; a maior parte da demanda é espontânea. Tanto é que um dos maiores pronto-atendimentos ali, por exemplo, na UPA da Zona Norte, 26% dos pacientes não são de Porto Alegre, e são atendimentos, a princípio, de média complexidade que deveriam ser atendidos nos seus municípios, tanto é que o secretário está numa reunião na Granpal para discutir bem a questão do Assistir e a situação da Região

Metropolitana. Porque Porto Alegre, como a diretora Fernanda apresentou, acolhe um grande percentual de pessoas fora de Porto Alegre e com um custo médio maior de internação dos pacientes então isso tem nos desgastado bastante.

Dos pronto-atendimentos, a gente entrou num processo de reforma, acho que já discutimos na COSMAM. A previsão é que – espero – mais em um meio ano de obras resolva e transforme os PAs em UPAs de Porte 3, no mesmo desenho que tem na UPA da Zona Norte. E eu acho que isso já vai nos dar um pouco mais de respiro para uma melhora da capacidade instalada e também nas questões de acessibilidade, que são estruturas que já estavam defasadas.

Não me lembro mais se algum tópico que faltou aí, Fernanda? O que mais? Estamos à disposição também. Certo, obrigado. Vamos juntos, Ver. Aldacir Oliboni.

**SR. RAFAEL ABECH DIAS:** Bom-dia a todos os presentes, a quem nos escuta pela TVCâmara. Saudar a Ver. Lourdes Sprenger, na sua pessoa, a saúdo os demais vereadores presentes e os demais vereadores da Casa. Agradecer, em especial, a Fernanda e, em extensivo, ao secretário pela apresentação. Agradecer o convite, em nome do presidente Leonardo Lamachia; em nome da Dra. Mariana Diefenthäler, presidente da Comissão Especial da Saúde, da qual faço parte.

Eu acho que a nossa presença aqui, a nossa fala é mais institucional, não temos muito tempo para tomar, apenas enaltecer a transparência. Isso é fundamental, na relação entre o Executivo e o Legislativo, os dados que foram apresentados. Eu acho que é importante este debate, este espaço para essa discussão; é necessário para o crescimento e para as soluções. E é uma honra ver que as coisas estão funcionando, tem a preocupação dos vereadores, há numa espécie de cobrança, de fiscalização e tem a prestação de contas. A sociedade precisa disso, e sempre que a OAB e a advocacia forem chamadas para participar de espaços como este, estarão presentes. Então, ao cabo, eu agradeço e fico à disposição para qualquer coisa.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Dr. Rafael, com a permissão da presidenta aqui, a gente percebeu que o Programa Assistir do governo do Estado está mais para desassistir do que assistir, cria um certo entrave principalmente para a capital, na medida em que a capital atende muito o interior. O percentual do interior é muito alto. Cabe aqui uma sugestão para vocês acompanharem o Município nesse sentido porque é lamentável que isso aconteça, a grande complexidade chega aqui. E qual é a contrapartida à capital ou a onde tem a grande complexidade, não é? Pega Santa Maria, Passo Fundo, pode servir para nós, como pode servir para essas regiões que hoje acabam suportando essa demanda enorme. Então, nesse sentido, se for preciso judicializar, eu acho que é importante o acompanhamento de vocês, apenas uma sugestão.

**SR. RAFAEL ABECH DIAS:** Sim, vereador, a gente pode levar essa demanda até o presidente, até a comissão para verificar a providência que pode ser tomada. Eu, obviamente, não tenho autorização para estar falando em nome da Ordem aqui neste espaço. Eu conheço bem o sistema de custeio de saúde pública porque trabalho com isso na minha vida privada como advogado. Eu sei das dificuldades, o cobertor é curto, e eu vi a planilha de custeio ali em que a distribuição, embora a maior parte seja de verbas federais, a contribuição do Estado vem diminuindo ao dos anos, e precisaria de um estudo mais aprofundado do que causa isso. Eu entendo que os investimentos na capital são de maior complexidade, de alta complexidade, o que demanda mais recursos; e naturalmente a migração dessas pessoas que buscam esse melhor atendimento na capital precisaria ter uma fórmula de compensação, se está adequado ou não, se está equilibrado ou não, eu não tenho condições de avaliar, vocês que são técnicos, em especial o Executivo, têm condições de esclarecer isso. Ocorre que, de fato, há menos recursos do que a necessidade. Por exemplo, eu poderia falar também que nós tratamos muito pouco ou quase nem falamos de pesquisa na área de saúde, que é uma atribuição da saúde; prevenção, o percentual de

investimento em prevenção é baixíssimo. Então há muitas demandas e, pelo que eu vejo, um número menor de recursos, e a gente tem que equalizar.

Eu vou fazer esse encaminhamento que V. Exa. está trazendo aqui, e vou encaminhar dentro da Comissão Especial do Direito à Saúde para ver se a OAB tem condições de fazer alguma coisa. Obviamente eu agradeço o prestígio e, se tiver alguma coisa ao nosso alcance, a gente vai fazer, com certeza.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** A Sra. Tatiana Razzolini Breier, representando o HPS, está com a palavra.

**SRA. TATIANA RAZZOLINI BREIER:** Bom dia a todos, sou diretora-geral do Hospital Pronto Socorro, que é o maior hospital de trauma do Estado. Ontem nós atendemos 520 pessoas na porta do HPS – 520! Não dá mais, a gente está extremamente estrangulado, nós temos situações graves acontecendo, as pessoas não procuram HPS porque elas estão com dor de barriga, elas procuram porque elas estão doentes, e se elas procuram é porque elas não conseguem acesso em outro lugar. Eu tenho feito essa fala de maneira consistente e eu não vou desistir de batalhar por essas pessoas, porque, quando a gente tem 32 pacientes queimados e internados, a gente é a voz deles. Nesse sentido eu gostaria de agradecer primeiro todo o esforço que vocês têm feito em relação ao hospital – as emendas e as visitas que têm nos feito –, isso nos deixa bastante lisonjeados, mas é preciso falar pelos pacientes. A Fernanda, que é uma pessoa extremamente séria e competente tem nos ajudado sobremaneira junto com toda a equipe da secretaria, o secretário e o adjunto, a gente se conhece há muitos anos e trabalhamos bastante para conseguir oferecer para as pessoas aquilo que elas precisam. Do ponto de vista do Hospital de Pronto Socorro, a questão da traumato está completamente fragilizada. Nós tivemos um aumento da demanda pela macrometropolitana, mas nós também temos uma situação com um outro hospital da rede que está fechando a porta para atendimento de pacientes de traumatizados, trauma agudo. Isso está sendo tratado pelo gabinete, mas há uma insubordinação à secretaria que eu acho que

precisa ser trazida à tona. Eu faço aqui a minha fala porque justamente a gente precisa somar esforços para conseguir atender mais gente; hoje nós temos na traumatologia o consultório que atende até dois pacientes simultâneos e três macas, mas a gente não está dando conta, porque o volume aumentou, e não aumentou por nossa busca, aumentou porque as pessoas estão precisando. E a mão já fechou, porque a gente está sentindo isso, e eu acho que nós somos um grande observatório. Quando a gente sinaliza: “Está acontecendo alguma coisa”, a gente às vezes não consegue saber o que, mas as pessoas chegam lá, porque é a única porta aberta 24 horas. É só isso que eu tenho para dizer.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** A Rosa Helena, do conselho de representantes está com a palavra.

**SRA. ROSA HELENA CAVALHEIRO MENDES:** Quero agradecer à Ver.<sup>a</sup> Lourdes, ao Ver. Oliboni, à Ver.<sup>a</sup> Cláudia e à Ver.<sup>a</sup> Tanise. Bom dia também à plenária, eu acho que eu não tenho muito o que dizer, porque vocês já fizeram perguntas, foram bem pertinentes as perguntas que vocês fizeram, porque são coisas que são necessárias e que teriam que estar sendo apresentadas. Mas eu acredito que essa nova secretaria tem tido muita atuação dentro do Conselho Municipal de Saúde – tem algumas falhas, a gente sabe –, mas a gente vem... Como conselho municipal, a gente não poderia não falar, não comentar.

Quero dizer ao doutor, em relação às nossas diminuições de verbas, isso tudo se dá pela EC 95, a EC 155/2016, com o congelamento da educação, da saúde, da assistência social, então nós estamos vendo hoje o que que está acontecendo na saúde: não temos dinheiro para poder dar suporte para todas essas questões – não é, Dra. Tatiana? –, inclusive para o Pronto Socorro – eu também sou do Conselho do Pronto Socorro e estou tentando atuar lá também.

Quero dizer que a terceirização para nós não veio mudar muita coisa, ela só veio precarizar mais ainda, mas não vou adentrar nisso, vou adentrar na questão das unidades de saúde, que foi muito falado aqui, nós temos precariedade nas unidades de saúde, e aqui foi apresentado muito bem a questão das pessoas

migrando para os hospitais e para as UPAs por conta dessa falta, desse déficit que está acontecendo dentro das unidades. Isso para nós é muito preocupante, essa minha fala é enquanto usuária não enquanto técnica, então eu peço desculpa pela forma que eu falo.

A questão do Hospital Vila Nova, a gente está muito preocupada: o Vila Nova está ganhando muitos recurso, muitos recursos, a gente está vendo implantações em vários lugares, mas principalmente ele não está sendo colocado na questão da humanização, na questão do tratamento dos profissionais para os pacientes, internamente em alguns quartos, nós temos muitos problemas, então nós estamos tendo muitos casos que estão chegando para nós no Conselho Municipal de relatos de pessoas que estão sendo maltratadas, que não estão tendo o olhar que deveriam ter pelos profissionais. Isso muito nos preocupa, nós levamos, esta semana, essas falas no Conselho Municipal de Saúde.

A questão da dengue para nós é muito preocupante, porque nós vemos que têm que ter um empenho maior da secretaria. Eu sei que fazem o melhor que podem, mas nós precisamos ter um empenho maior, porque a dengue está aflorando, assim como a covid, mas como foi explicado aqui para nós, em nível federal, agora não tem esse meio para ser feito, então nós vamos ter que ver outras formas de buscar e achar onde está, como tratar, como lidar com as pessoas que não conseguem entender ou interpretar como cuidar dos seus pátios. Então nós temos que ter um trabalho, um trabalho de rede talvez, trabalhar com o DMLU com outros setores que possam estar juntando essa linha. E eu acho que por enquanto é isso, a questão da saúde mental, para nós, também é muito preocupante, muito gritante, dentistas também, especialistas que faltam. Então, nós estamos preocupados muito com a questão do andamento da nossa saúde pública em Porto Alegre.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** O Sr. Everton Borges, do Conselho Regional de Farmácia, está com a palavra.



**SR. EVERTON BORGES:** Bom dia, rapidamente então, represento o Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul; cumprimento a Ver.<sup>a</sup> Lourdes e demais vereadores. Porto Alegre, em 2018, aprovou e publicou a Política Municipal de Assistência Farmacêutica e vem evoluindo, nos últimos anos, também com a oferta de consultas farmacêuticas. Como nós não tivemos acesso ao relatório, e na apresentação não consta se nós tivemos alguma evolução com relação às consultas farmacêuticas, eu queria questionar se nós teremos isso definido dentro do relatório, nas mais de 400 páginas do relatório, porque é importante nós também trazermos essas consultas farmacêuticas e o impacto dessas consultas para a população, já que os medicamentos são sempre tratados de uma forma muito... com muita crítica, com relação aos problemas que são relacionados, com filas, faltas de medicamentos, etc. E essa evolução com a consulta farmacêutica tem demonstrado um aspecto bastante positivo que nós queremos também que os vereadores tenham conhecimento e principalmente a população. Com a política municipal nós temos essa necessidade de evoluir também com essas consultas que não constam, pelo menos na apresentação aqui, as consultas farmacêuticas e o impacto dessas consultas aqui para a população de Porto Alegre. É isso, obrigado.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Só para complementar a sua fala, nós temos uma lei que foi aprovada no ano passado, de minha autoria, de apoio e suporte farmacêutico, que é importante que a gente consiga colocar em atividade, porque isso tem muito a ver com o que o senhor está falando.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Nós queremos dizer que na Comissão as representações vêm por escrito, como não veio... mas o senhor fala, não é momento político, então, o senhor pode fazer a sua manifestação.

**SR. ESTEVÃO FINGER DA COSTA:** Bom dia a todas e todos, estou representando o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul neste ato; quero, primeiro, lamentar a ausência do secretário de saúde, embora justificada,

porque é muito importante ele estar num ato como este, que é um ato de prestação de contas da Secretaria de Saúde para o Município de Porto Alegre. Eu observo muito nas redes sociais, vestindo jaleco azul, enfim, andando pelas ruas, mas, infelizmente, a saúde de Porto Alegre tem estado cada vez mais abandonada. A falta de investimentos na Atenção Básica, como foi colocado no gráfico, é algo que é muito relevante aqui para o nosso Município. Do ano passado para cá, houve um desfinanciamento por parte do Município de Porto Alegre. A Vigilância em Saúde, a mesma coisa, se olhar o gráfico, há um desfinanciamento muito claro em períodos, Rosa, de dengue no Município de Porto Alegre. E daí eu pergunto, nós deveríamos ter pelo menos 650 agentes de combate a endemias por critérios da Vigilância Estadual de Saúde, e nós temos menos de 100 no Município de Porto Alegre. Como combater a dengue sem esse importante papel e trabalho do agente comunitário de endemias? Então, acho que isso tem que ser pontuado. Ainda bem que há recurso federal aportado pelo governo Lula; se nós formos ver, a partir do momento, Ver. Oliboni, que o presidente Lula assumiu a gestão do Brasil, aumentaram os recursos para a saúde. Então, a saúde de Porto Alegre hoje está funcionando graças aos recursos federais, porque recurso municipal infelizmente tem diminuído muito. Acho que isso aí cabe pontuar.

Também é importante questionar, e ontem – não é, João Vitor? – estive lá no Mário Quintana, como estão os contratos de gestão da Atenção Primária de saúde com as contratualizadas. Quem fiscaliza esse contrato? Por que não estão previstos, diretora Fernanda, as vacâncias e atestados nos contratos de gestão que nem o Ver. Oliboni colocou? Isso é importantíssimo, porque não é admissível num posto de saúde, que deveria ter seis médicos por exemplo, ter três e um ser remanejado para outra unidade, um estar de atestado desde o carnaval – e atestado médico a gente não questiona, isso aí é um direito de cada profissional, inclusive estão adoecendo muito – e outro pedir demissão, e ficar sem nenhum médico na abertura do posto de saúde. Isso não é uma coisa que a gente possa admitir. Então, cadê a fiscalização? Quem fiscaliza esse contrato?

A falta de especialistas, encerrando aqui, na SMS também é muito preocupante, e me preocupa o discurso aqui que foi dado na Mesa, que é da dependência das emendas parlamentares para gestão da Secretaria Municipal de Saúde. Não tem que ter dependência de emenda parlamentar, Porto Alegre é superavitário. O governo Melo tem que levar a sério e investir de fato na saúde de Porto Alegre, ele não tem investido. E eu acho que o secretário Fernando Ritter tem que cobrar! Está faltando cobrança para o próprio governo, porque eu estou vendo que há cobrança para o governo federal, para o governo do Estado, e o que o Município está fazendo? Eu acho que isso é bem importante. Eu queria, diretora Tatiana, que o prefeito Melo ouvisse o teu depoimento, que chegasse nele, vou tentar que chegue no prefeito Melo o teu depoimento, porque tu estás bem preocupada, com razão, em relação às questões do HPS – falta de recursos humanos, sobrecarga de trabalho. Então, o prefeito Melo tem que olhar para o HPS. Se a diretora Tatiana está pedindo, o prefeito Melo tem que olhar, é isso que a gente espera.

E, para finalizar, Fernanda, colocar ali em relação à mamografia. Foi aprovada uma lei nesta Câmara, agora, recentemente, que é a Lei nº 13.578, aprovada, por unanimidade, pelos vereadores. A mamografia de rastreamento não é a partir de 50 anos, baixou a idade do rastreamento, e ainda tem que ser garantida a mamografia e a ecografia mamária em até 30 dias, com direito ao retorno da consulta com o médico do posto de saúde ou o enfermeiro. Então, é bem importante, eu não sei como é que as leis chegam na secretaria, mas é importante que vocês se apropriem das leis, enfim, porque as leis têm que ser cumpridas, e cabe aos vereadores fiscalizar o cumprimento. Obrigado.

**PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB):** Diante do adiantado da hora, todos os quesitos serão respondidos pela Secretaria da Saúde à COSMAM. Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h05min.)